



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**EDITAL DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2016
EXCLUSIVO ME/EPP/COOPERATIVAS
Processo nº 1.32.000.001034/2016-28**

A UNIÃO FEDERAL, através da Procuradoria da República no Estado de Roraima – PR-RR, CNPJ nº 26.989.715/0027-41, situada na rua General Penha Brasil, 1255, Bairro São Francisco, Boa Vista-RR, e de seu Pregoeiro, designado pela Portaria PR-RR nº 5, de 14 de janeiro de 2016, torna público a abertura de procedimento licitatório na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, em conformidade com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 – Institui o Pregão, Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 – Regulamenta o Pregão, Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005 – Regulamenta o Pregão Eletrônico, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto das ME e EPP, Decreto, 6.204, de 05 de setembro de 2007 – Regulamenta o tratamento favorecida às ME e EPP e demais normas pertinentes e subordinado às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1.1 A abertura da sessão pública ocorrerá conforme abaixo:

Data: 25/11/2016 (Sexta-Feira)

Horário: 10h20 A.M. (horário de Brasília)

Horário: 08h20 A.M. (horário de Boa Vista/RR)

Local: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>

UASG: 380006

1.2 Em caso de discordância existente entre a data da Sessão Pública deste certame registrada no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e a data constante deste Edital na **Seção I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**, prevalecerá a primeira.

1.3 Em caso de entrada ou encerramento do horário de verão entre a data de lançamento do certame e a data de realização da Sessão Pública, prevalecerá, para efeitos de abertura da sessão, o **horário local de Boa Vista-RR** estabelecido na **Seção I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**.

II – DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de motor-gerador de energia elétrica**, conforme especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência, anexo deste Edital.

2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, **prevalecerão as últimas**.



III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.3 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCU responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4 Esta licitação terá participação exclusiva para ME e/ou EPP ou Sociedade Cooperativa, conforme Art. 146, inc. III, alínea "d", CF; Art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014; arts. 6º ao 9º, Decreto nº 6.204, de 2007; NOTA DECOR/CGU/AGU nº 356, de 2008 – PCN; Parecer PGFN/CJU/CLC/nº 2.750, de 2008 e Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

3.5 Não poderão participar deste Pregão:

- a) Fornecedor ou empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a PR-RR, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) Fornecedor ou empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) Fornecedor ou empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- d) Fornecedor em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução, liquidação, fusão, cisão ou incorporação;
- e) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- f) Sociedades estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;
- g) Consórcio de pessoas jurídicas, qualquer que seja sua forma de constituição.
- h) empresário ou sociedade empresária cujo estatuto ou contrato social não inclua os objetos deste Pregão;

IV – DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), no sítio: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>;

4.2 O credenciamento do licitante dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para sua habilitação. (Art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);

4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do li-



citante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a este Pregão. (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005);

4.4 Os licitantes serão responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

V – DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

5.1 O Pregoeiro e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, os trâmites e procedimentos estabelecidos nas alíneas abaixo:

- a) No horário estabelecido na **Seção I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO** – neste Edital, o Pregoeiro efetuará a abertura das propostas encaminhadas pelo sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br;
- b) Abertas as propostas, o Pregoeiro verificará a conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital;
- c) Será desclassificada a proposta que não atenda aos requisitos estabelecidos;
- d) Após a fase de classificação das propostas, os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
- e) Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

5.2 Verificado o desatendimento pela licitante de qualquer dos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos termos deste Edital;

5.3 Encerrada a fase de habilitação e, não havendo quem pretenda recorrer, o Pregoeiro adjudicará o objeto em favor da licitante julgada vencedora;

5.4 Manifestando quaisquer das licitantes a intenção de recorrer, o processo somente será encaminhado para adjudicação e homologação do resultado após a análise do recurso apresentado e decurso da fase recursal;

5.5 A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (Chat);

5.6 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

5.7 Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;

5.8 O pregoeiro e a autoridade superior da Procuradoria da República no Estado de Roraima poderão pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação e sempre que julgarem necessário, fixando aos licitantes prazos para atendimento, sendo vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente da proposta.

VI – DO ENVIO DA PROPOSTA



6.1 A licitante deverá encaminhar proposta, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.1.1 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor total ofertado para cada item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

6.1.2 A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que **cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.**

6.1.3 A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que **não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.**

6.1.4 A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que **atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.**

6.1.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

6.2 **As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico como meio de fiscalização dos outros licitantes e da sociedade, razão pela qual elas devem ser obrigatoriamente e exclusivamente enviadas pelo sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.**

6.3 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

6.4 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

6.5 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

6.6 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.7 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.8 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos;

6.9 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica conhecimento e submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital;

6.10 Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe modificação dos termos



originais, exceto quanto ao valor da proposta nos seguintes casos:

6.10.1 durante a etapa de lances.

6.11 A proposta a ser enviada pelo licitante, **exclusivamente via sistema do "PREGÃO ELETRÔNICO"**, deverá está assinada e escaneada e conter todos os dados a seguir: Razão Social, Nome Fantasia (se houver), número do CNPJ, especificação do objeto, unidade de medida, quantidade total, valor unitário, valor total do objeto e da proposta, endereço completo, telefones de contato e e-mail, data e assinatura do responsável pela proposta, prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, dados do responsável pela assinatura do contrato (nome completo, CPF e cargo na empresa) e, para efeito de pagamento, os dados bancários (o nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa).

VII – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1 O julgamento obedecerá ao critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**. Os preços estimados constam no tópico **2. OBJETO** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

7.2 Será desclassificada a proposta que apresentar valor unitário por item superiores aos limites relacionados no tópico **2. OBJETO** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, ou proposta com preços manifestamente inexecutáveis.

7.3 **Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro convocará o licitante detentor do lance de menor valor para enviar, exclusivamente, por meio da opção "enviar anexo" do sistema "PREGÃO ELETRÔNICO", no prazo estabelecido no item 8.6 deste edital, anexo com arquivo contendo sua proposta em conjunto com os documentos habilitatórios.**

7.4 O Pregoeiro examinará a proposta ou o lance de menor valor, e, em seguida, verificará a compatibilidade do preço com o estimado para o(s) objeto(s) e a habilitação da licitante conforme disposições deste Edital.

7.5 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

7.6 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, convocando o licitante para enviar arquivo contendo a proposta, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.7 Ocorrendo a situação a que se refere o item 7.6 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e da sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.9 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da PR-RR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

VIII – DA HABILITAÇÃO

8.1 **A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada no item 8.3.**

8.1.1 As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF



deverão apresentar, junto a documentação complementar, documentos que supram tais exigências.

8.1.2 A Declaração de ME/EPP/COOPERATIVA, Declaração de Inexistência de Fato Superveniente, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta e a Declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal empregados menores de idade, **terão o seu preenchimento obrigatório** em campo próprio do sistema do "PREGÃO ELETRÔNICO" e serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação, **não havendo a necessidade do envio desses documentos por meio do sistema ou por qualquer outro meio;**

8.2 Havendo irregularidade no cadastramento do SICAF, e não sendo apresentado pelo licitante já inscrito documentação satisfatória atualizada e regularizada, o licitante será **inabilitado**.

8.3 As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

8.3.1 comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral informados pelo registro cadastral do SICAF – **item 8.1** - for igual ou inferior a 1;

8.3.2 **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, conforme disposto na Lei nº 12.440/11;**

8.3.3 **DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE** conforme dispõem o art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, informando que a empresa não tem como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor ocupante de cargo de direção do Ministério Público da União, bem como, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, conforme modelo constante no **Anexo III deste Edital;**

8.3.4 **Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento.**

8.3.5 **Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) aptidão da licitante para prestação dos objetos, compatíveis em características técnicas e prazos com o objeto desta licitação;**

a) Não serão aceitos atestado(s) emitido(s) por empresa(s) do mesmo grupo empresarial do licitante;

8.4 **É facultativo e recomendável** que as licitantes realizem vistoria do local de prestação dos serviços.

a) Independente da opção pela realização ou não da vistoria, a licitante deverá apresentar declaração formal assinada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento do local donde encontra-se instalado o Motor Gerador da Procuradoria da República no Estado de Roraima, em Boa Vista-RR, e tomou conhecimento de todos os aspectos relacionados ao objeto deste certame, conforme **MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA – Anexo II do Termo de Referência.**

8.5 Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões. Além disso, **certidão positiva com efeitos de negativa tem o mesmo efeito da certidão negativa.**

8.6 **O licitante detentor do melhor lance ou convocado deverá enviar sua proposta em conjunto com os documentos habilitatórios exclusivamente por meio da opção "enviar anexo" do sistema.**



ma "PREGÃO ELETRÔNICO". O prazo para envio será estabelecido e informado pelo Pregoeiro via chat da Sessão Pública. Terá seu lance recusado o licitante que não enviar a documentação completa ou que enviá-la fora do prazo.

8.7 O prazo a ser fixado, conforme no item 8.6, será estabelecido para todos ou individualmente para cada licitante, conforme decisão do Pregoeiro.

8.8 Caso o tamanho do arquivo - anexo de proposta - fique superior ao permitido pelo sistema, ou haja erros e (ou) falta de documentos detectados pelo Pregoeiro ou pelo licitante, o licitante deverá, desde que dentro do prazo estipulado para o encaminhamento da documentação, comunicar imediatamente o Pregoeiro, o qual convocará novamente o anexo de proposta.

8.9 Como forma de atender o princípio da Publicidade dos atos administrativos e de dar total transparência do certame para sociedade e para a fiscalização, não serão aceitos propostas e documentos habilitatórios encaminhados por e-mail.

8.10 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.12 A não regularização da documentação, no prazo previsto na condição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.13 Caso o Pregoeiro julgue necessário para esclarecimentos e efetue tal solicitação (somente nesse caso), o licitante tem o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a finalização do certame, para enviar os originais ou cópias autenticadas para o endereço constante no preâmbulo deste Edital, ficando esclarecido que o descumprimento de tal obrigação implicará na inabilitação do licitante e o sujeitará às sanções previstas neste Edital.

8.14 Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.15 Constatado o atendimento das exigências previstas pelo Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.16 Na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação ao licitante declarado vencedor, com posterior encaminhamento dos autos ao gestor da Procuradoria da República no Estado de Roraima para homologação do certame e decisão quanto à contratação.

8.17 Na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao Secretário Estadual da Procuradoria da República no Estado de Roraima para julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

IX – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

9.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser



enviada exclusivamente para o endereço eletrônico prrr-cpl@mpf.mp.br, até as 16 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

9.2 Não serão conhecidas as impugnações interpostas, vencidos os respectivos prazos legais.

9.3 Acolhida a impugnação contra ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

9.4 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico prrr-cpl@mpf.mp.br.

9.6 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

X – DOS RECURSOS

10.1 Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

10.1.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

10.1.2 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

10.1.3 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.2 Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos do Processo Administrativo 1.32.000.001034/2016-28 franqueada aos interessados.

10.3 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

10.4 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Pregoeiro adjudicará o objeto e o Secretário Estadual homologará o procedimento licitatório.

10.6 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

XI – DO INSTRUMENTO DO CONTRATO

11.1 Os encargos das partes, bem como as normas relativas à validade e recebimento do objeto, liquidação, pagamento, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam no Termo de Referência, anexo deste Edital.

XII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



12.1 Conforme **tópico 6. CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XIII – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1 Conforme **tópicos 19. DO CONTRATO e 22. DA GESTÃO – ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO** do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XIV – DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento pelos objetos efetivamente fornecidos será creditado em nome da Contratada, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no instrumento convocatório, bem como as do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XV - DAS OBRIGAÇÕES DA PR-RR

15.1 Conforme **tópico 24. DAS OBRIGAÇÕES DA PR-RR** do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XVI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 Conforme **tópico 23. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA** do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XVII – DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1 Conforme **tópico 25. DAS SANÇÕES E PENALIDADES** do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XVIII – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

18.1 O Contrato poderá ser cancelado de pleno direito pela autoridade administrativa competente da Procuradoria da República no Estado de Roraima, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:

18.1.1 A empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

18.1.2 A empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente não aceitar sua justificativa;

18.1.3 A empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente desta contratação, nas hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei nº 8.666/93, com as respectivas alterações;

18.1.4 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente desta contratação;

18.1.5 Os preços contratados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço;

18.1.6 Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

18.1.7 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer algumas das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei nº 8.666/93, com as respectivas alterações.



18.2 Ocorrendo o cancelamento do Contrato pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem à contratação;

18.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente, que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida, mediante comunicação do pregoeiro e aviso no www.comprasgovernamentais.gov.br, informando nova data e horário.

19.2 Ao Secretário Estadual da Procuradoria da República no Estado de Roraima compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

19.2.1 A anulação do Pregão induz à do Contrato, bem como à da nota de empenho.

19.2.2 As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

19.3 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.4 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

19.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.6 Iniciada a etapa de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

19.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à aquisição dos materiais, objeto deste pregão, pela Administração.

19.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal.

19.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

19.10 A adjudicatária está obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, acréscimos ou supressões determinadas pela Procuradoria da República em Roraima até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor adjudicado, na forma do art. 65, da Lei 8.666/93 atualizada.



19.12. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.13 Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

19.14 Quaisquer informações complementares sobre este Edital e seus anexos poderão ser obtidas pelo Telefone (95) 3198-2029, pelo e-mail prrr-cpl@mpf.mp.br. O edital e seus anexos, bem como os documentos posteriores dessa licitação poderão ser obtidos através do link <http://www.mpf.mp.br/rr/transparencia/licitacoes/2016/pregao-eletronico/>.

19.15 O foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Roraima.

19.16 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência e seus anexos;

ANEXO II – Modelo de Proposta;

ANEXO III – Declaração de Regularidade – Resolução CNMP Nº 37/2009;

ANEXO IV – Minuta de contrato.

Boa Vista – RR, 03 de novembro de 2016

Wagner Pontes de Sousa
Pregoeiro



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2016

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 24/2016/PR-RR/MPF

EMENTA: TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITIVO DOS SERVIÇOS DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTOR GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA.

1. INTRODUÇÃO – ALINHADO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO MPF: ADEQUAR A ESTRUTURA DA UNIDADE PARA UMA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL EFICIENTE E SEGURA

1.1. O presente Termo de Referência descreve os fundamentos e detalha as condições de prestação de serviço a serem contratados na forma do art. 57, II da Lei 8.666/93, junto a empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no Motor Gerador 97,5 KVA, 220/127v – 60 Hz, destinados a garantir o pleno funcionamento da Procuradoria da República em Roraima (PR-RR).

1.2. O presente Termo de Referência tem por objetivo definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório destinado à contratação de pessoa Jurídica para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva no Motor Gerador 97,5 KVA, 220/127v – 60 Hz da Procuradoria da República no Estado de Roraima (PR-RR), que compreenderá o fornecimento de mão de obra e materiais necessários para a adequada execução dos serviços, conforme especificações qualitativas e quantitativas estabelecidas abaixo em conformidade com a Programação Orçamentária Anual da UG 380006 e PPA 2016-2019 do MPF.

1.3. Este Termo de Referência define de forma ampla o conjunto de elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequado, para explicitar os serviços almejados pela PR-RR, em consonância com a legislação pertinente e os princípios da administração pública.

1.4. Os significados dos termos utilizados na Presente de Referência são os seguintes:

a) **CADIN:** Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados Federal;

b) **CONTRATANTE:** União, por intermédio do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado de Roraima;

c) **CONTRATADA/PRESTADORA:** Licitante vencedora do certame licitatório, a quem será adjudicado o (s) objeto (s) desta licitação, após a assinatura do Termo de contrato para prestação de serviços contínuos e diários na forma do art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 2.271/97;

d) **CNDT:** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

e) **FISCAL/FISCALIZAÇÃO:** Servidor (es) designado (s) formalmente para representar (em) a CONTRATANTE ou ATO, inerentes ao acompanhamento ou gerência fiscalizatória dos serviços contratados, ou corresponde à equipe que representa da Procuradoria da República no Estado de Roraima perante a CONTRATADA.

f) **FAZENDA PÚBLICA:** Conjunto de Órgãos da Administração Pública, destinados a arrecadação e à fiscalização de



tributos, bem como a guarda dos recursos financeiros e títulos representativos de ativo e direitos do estado.

g) FGTS: Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço;

h) GRU: Guia de Recolhimento da União;

i) Hz: O hertz (símbolo Hz) é a unidade de medida derivada do SI para frequência;

j) INSS: Instituto Nacional do Seguro Social;

k) JF: Justiça Federal;

l) KVA: Quilovolt ampere, é uma unidade de medida equivalente a 103 volt-ampere;

m) MPF: Ministério Público Federal;

n) MPOG: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão;

o) PPA: Plano Plurianual

p) PR-RR: Procuradoria da República no Estado de Roraima;

q) REGULARIDADE FISCAL (FAZENDÁRIA): Prova da regularidade com as receitas/tributos municipais, estaduais e federais no domicílio ou sede da contratada/licitante;

r) SMSG: Setor de Manutenção e Serviços Gerais;

s) SLDE: Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas;

t) SICAF: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Poder Público Federal;

u) V: Volt ou vóltio (símbolo: V), é a unidade de tensão elétrica;

v) UG: Unidade Gestora equivalente a Procuradoria da República no Estado de Roraima.

Constituem partes deste Termo:

Anexo I – Modelo de atestado de capacidade Técnica;

Anexo II – Modelo de Declaração de Vistoria;

Anexo III – Modelo de Atestado de Experiência Profissional;

Anexo IV – Modelo de Ordem de Serviço;

Anexo V – Minuta de Contrato.

2. OBJETO

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – ND 3.3.90.39-17

PREÇOS ESTIMADOS

GRUPO	Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	Manutenção preventiva	Serviço	3	2.410,00	7.230,00
	2	Manutenção corretiva	Hora	50	107,00	5.350,00
Valor total R\$						12.580,00

* Consultas realizadas com fornecedores conforme Inciso IV do Art. 2º da Instrução Normativa nº 5 de 27 de junho de 2014, bem como a sua média está de acordo com o § 2º e Incisos II e III do Art. 2º da referida IN.

3. DA APRESENTAÇÃO

3.1 Será sempre suposto que as exigências expressas no presente termo de referência, bem como de qualquer ato



da PR-RR, em especial atenção para as especificações aqui constantes, são de inteiro conhecimento dos interessados em fornecer os objetos aqui descritos.

3.2 As empresas que apresentarem suas propostas para os objetos aqui descritos deverão para efeito legal, terem regular cadastro no SICAF em observância ao Artigo 29 da Lei 8.666/93, Artigo 195, § 3º da CF/88, Artigo 47 da Lei nº 8.212/91, Acórdão 2237/2006 Primeira Câmara e à DECISÃO DO PLENÁRIO DO TCU. DOCUMENTO DC-0705 – 54/94-P, que vincula a obrigatoriedade que a administração tem em realizar a prévia consulta ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF a respeito de sua situação no momento da contratação ou fornecimento, bem como dos empenhos e pagamentos de despesas, consoante os artigos 27 a 32 da Lei nº 8.666/1993 e itens 8.7 e 8.8 da IN/MARE no 5/1995.

3.3 Deverá constar em anexo ao processo de licitação, a consulta ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, a fim de verificar ocorrências contra a empresa contratada que a impeça de contratar com a Administração Pública, da qual será feita análise do tipo de infração cometida para que sejam tomadas as providências cabíveis, nos termos da IN/MARE nº 5/1995.

3.4 **Ficará impedida de contratar com a Procuradoria da República em Roraima, a empresa que estiver positivada no CADIN e/ou estiver em débito com a Fazenda Pública com incidência de certidão irregular no SICAF.**

4. DOS OBJETIVOS DAS AQUISIÇÕES

4.1 O objetivo da presente demanda descrita neste Termo de Referência é garantir o fornecimento de energia elétrica ininterruptamente para o Edifício-Sede da Procuradoria da República no Estado de Roraima por meio do pleno funcionamento do grupo gerador de energia elétrica; realizar manutenções preventivas e corretivas previstas nas normas de segurança do Motor/Gerador; e, atender ao Memorando nº 12/2016/SMSG/CA, datado de 24 de junho de 2016; da seguinte forma: dentro do orçamento anual previsto para a PR-RR, alinhado à Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretriz Orçamentária com abrangência da Programação Orçamentária 2016, 2017 e 2018, vinculado investimento do Plano Interno MBIEST – UG 380006.

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1 A Procuradoria da República no Estado de Roraima (PR-RR) é o órgão local do Ministério Público Federal (MPF), onde são desenvolvidas diariamente atividades típicas de escritórios, cartórios internos, biblioteca, arquivos e estoques, além de serviços de apoio, como recepções, copas, guarita e outros. No qual o fornecimento de energia elétrica é fundamental para a boa execução de sua atividade.

5.2 Considerando os fundamentos expostos no Memorando nº 12/2016/SMSG/CA, datado de 24 de junho de 2016, citado acima;

5.3 Considerando que o Estado de Roraima depende, em grande parte, da energia oriunda da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, no qual o fornecimento não garante estabilidade;

5.4 Considerando os constantes racionamentos no país vizinho e o fato que desde 2009 a demanda fornecida vem sendo reduzida;

5.5 Considerando os frequentes problemas de oscilação e queda de energia elétrica no Estado de Roraima.



- 5.6 Considerando não existir contrato vigente com empresa de manutenção de grupo gerador;
- 5.7 Considerando que os serviços a serem adquiridos de acordo com as especificações constantes no presente Termo de Referência possibilitarão maior segurança na utilização do motor gerador;
- 5.8 Pelo exposto, a Administração da Procuradoria da República no Estado de Roraima entende que os princípios constitucionais, em especial os da Eficiência e Economicidade, bem como a legislação em vigor são obedecidos com a contratação dos serviços em tela, bem como faz-se imperativa para a manutenção do funcionamento, da segurança e da salubridade das instalações do órgão do MPF em Roraima; assim também, é providência essencial à logística de manutenção do padrão usual de atendimento oferecido aos usuários finais (coletividade).

6. CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1 Os serviços propostos no presente termo classificam-se nas seguintes naturezas de despesa:
- Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
 - Subitem: 17 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos.
- 6.2 A classificação orçamentária do objeto deste Termo de Referência está de acordo com a portaria Interministerial nº 163/MF/MPOG de 04 de maio de 2001 e alterações da Portaria nº 325 de 27 de agosto de 2001 e Portaria Interministerial 688/STN-SOF de 14 de outubro de 2005.
- 6.3 As despesas para a contratação dos serviços descritos pelo presente termo serão custeadas com os recursos consignados a Procuradoria da República em Roraima, no Orçamento Geral da União, no Plano Interno MBIEST, Natureza de Despesa 3.3.90.39-17, Fonte 0100, e posteriores empenhos à empresa contratada.
- 6.4 Em caso de alteração do Plano Interno, a CONTRATANTE adotará os meios necessários para alteração do contrato por meio célere e legal.
- 6.5 A dotação orçamentária para custeio do objeto do presente Termo de Referência será à conta do orçamento geral da União alocado ao MPF em tal período de vigência do CONTRATO e nos seus possíveis aditivos.
- 6.6 Os serviços propostos no presente Termo de Referência será custeado da seguinte forma: dentro do **PPA 2016 – 2019** com abrangência da Programação Orçamentária 2016, 2017 e 2018 da PR-RR, vinculado PTRES 089954 e ao custeio do Plano Interno MBIEST da UG 380006.

7. VALOR ESTIMADO DAS AQUISIÇÕES

- 7.1 O valor estimado anual para a contratação almejada na Natureza de Despesa é de até:
- ND 3.3.90.39-17: R\$ 12.580,00 (doze mil, quinhentos e oitenta reais).

8. MODALIDADE DA AQUISIÇÃO

- 8.1 Licitação tipo menor preço por grupo;
- 8.2 Modalidade: Pregão Eletrônico nos termos da Lei 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 5.504/2005, Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014.

9. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 9.1 O fornecimento dos materiais descritos neste Termo de Referência será realizado na forma de demanda a ser



solicitada pela Procuradoria da República em Roraima, localizada na Rua General Penha Brasil, nº 1255, CEP: 69.305-130, Bairro São Francisco, Município de Boa Vista – Roraima, Brasil.

9.2 Os objetos deste Termo de Referência serão fornecidos de forma eventual de acordo com a necessidade e a disposição orçamentária da Procuradoria da República no Estado de Roraima.

9.3 A previsão de danos à Administração Pública por conta de atos da contratada poderá ensejar a responsabilidade civil, administrativa e penal dos responsáveis e da própria empresa nos termos da Lei 12.846/2013.

9.4 Ficará desde já vinculado ao conhecimento dos interessados em fornecer os objetos constantes do presente Termo de Referência, que caso a sede administrativa da Procuradoria da República no Estado de Roraima, localizada no município de Boa Vista – Roraima venha a se estabelecer em outro endereço diverso do descrito no item “9.1”, os mesmos deverão ser atendidos de igual maneira e em iguais condições ofertadas e acordadas no outro endereço em que a Procuradoria da República no Estado de Roraima se estabelecer, sem que haja ônus adicional.

9.5 Caso venha a ocorrer mudança de endereço de sua sede administrativa, a PR-RR providenciará termo próprio de alteração do local de execução e entrega dos objetos deste Termo de Referência a fim de não desvirtuar o Regime de Execução da Contrato a ser firmada e publicado no Diário Oficial da União, onde as demais alterações referentes documentações, Notas Fiscais e documentos achados necessários e pertinentes da CONTRATADA, deverão ser providenciados pela mesma sem ônus ao MPF.

10. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 Serviços comuns nos termos do § 1º do Artigo 2º do Decreto nº 5.450/2005.

10.2 Considerando que o parágrafo único do art. 1º, da Lei no 10.520/2002 define Bens e Serviços comuns como sendo aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

10.3 O presente Termo de Referência define padrões de desempenho e qualidade de forma objetiva e conforme especificações usuais do mercado. Dessa forma, a competição será baseada unicamente nos preços propostos pelos concorrentes, pois não haverá apreciação de propostas técnicas, estando aderente ao Acórdão nº 313/2004 do Tribunal de Contas da União.

10.4 Os serviços aqui descritos não envolvem criação, inovação ou conjugação de requisitos técnicos especiais, desconhecidos pelo mercado. Por outro lado, o mercado domina a solução pretendida, os serviços aqui elencados são ofertados por muitas empresas e comparáveis entre si com facilidade.

11. DA GARANTIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS

11.1 Deverá ser levado em consideração pelas licitantes as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos objetos constantes deste Termo de Referência, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962.

11.2 A empresa ganhadora do certame deverá apresentar no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, prorrogável uma vez por igual período, garantia de execução do contrato no valor de 5% (cinco por cento) do contrato a ser firmado, nos moldes do art. 56 da Lei no 8.666, de 1993, com validade durante a execução do mesmo e **3 (TRÊS) MESES APÓS O TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**, devendo ser renovada nas possíveis prorrogações de vigência, observados ainda os seguintes modalidades:



- a) Caução em dinheiro;
- b) Títulos da dívida pública;
- c) Seguro-Garantia; ou
- d) Fiança Bancária.

11.3 A garantia quando em dinheiro, deverá ser efetuada em conta atualizada em favor da PR/RR.

11.4 Caso a futura CONTRATADA faça opção pela caução em títulos da dívida pública, deverá transferir a posse dos títulos para a PR/RR até o adimplemento da obrigação contratual ou satisfação da sanção.

11.5 A CONTRATADA deverá renovar a garantia contratual, na hipótese de esta vir a ser utilizada para pagamento de multas contratuais ou modificação do valor do objeto contratual.

11.6 A garantia, ou parte remanescente, será devolvida à CONTRATADA após o cumprimento integral das obrigações decorrentes do presente contrato.

11.7 A garantia, caso seja apresentada na modalidade de caução bancária, poderá ser retirada/levantada pelo MPF – PRRR, total ou parcialmente, para fins de cobertura de pagamento das multas previstas.

11.8 O valor da garantia será atualizado nas mesmas condições do valor contratual.

11.9 A garantia ficará sob a responsabilidade e à ordem da Administração da PR-RR, anexas nos autos do processo administrativo licitatório e somente será restituída após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

11.10 Se a garantia apresentada pela CONTRATADA, for na modalidade de caução em dinheiro, esta será atualizada monetariamente e poderá ser retirada/levantada pela PR-RR, total ou parcialmente, para fins de cobertura de pagamento das multas previstas.

11.11 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros ou pagamento de multas contratuais, a CONTRATADA se compromete a fazer a respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que for notificada pelo PR-RR, mediante ofício entregue com recibo.

11.12 Na hipótese de rescisão do Contrato, o MPF, por meio de sua Procuradoria da República em Boa Vista/RR, executará a garantia contratual para seu ressarcimento, nos termos do artigo 80, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

11.13 A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, bem como ante a comprovação do pagamento, pela CONTRATADA, de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

11.14 De forma geral nos casos de prestação de serviços avulsos em que o contrato seja substituído por documento hábil na forma do artigo 62 da Lei 8.666/93, e em casos omissos ao aqui expresso será aplicada a garantia e direitos da PR-RR nos termos da Lei 8.078/90 após a devida realização dos serviços solicitados.

11.15 Não se excluirá a garantia contratual advinda deste Termo de Referência nas eventuais contratações ou a responsabilidade civil da prestadora de serviços aqui propostos.

11.16 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e



c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

11.17 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea “a, b e c” do item acima explicitado.

11.18 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

11.19 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.20 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.21 Deverá ser levado em consideração pelas licitantes as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos objetos constantes deste Termo de Referência, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962.

12. DAS ESPECIFICAÇÕES DO MOTOR GERADOR

12.1 A Procuradoria da República em Roraima possui um grupo gerador 97,5 KVA, 220/127 V, 60 Hz, com as seguintes especificações: Motor diesel, marca DEUTZ, modelo TD226B/6, injeção direta, 6 cilindros verticais, 105 KV = 142 cavalos, sistema de governo mecânico, sistema de arrefecimento à água por radiador de ventilador soprante e bomba centrífuga, filtro de ar seco, filtro lubrificante substituível descartável, sistema de alternador para carga de bateria, parada automática em caso de superaquecimento, baixa pressão do óleo lubrificante. Gerador tipo TRIVOLT, trifásico, com regulador eletrônico de tensão, sem escovas, refrigeração de ventilador no próprio eixo. Cabine de insonorização metálica apresentando ase metálica construída em longarinas de chapa dobrada “U”, com travessas tubulares soldados pelo processo MIG; suportes de apoio para motor e pontos para colocação dos amortecedores de vibração. Painel de comando e controle automático com supervisão de rede; partida, parada e transferência automática de carga, com possibilidade de funcionamento manual ou automático; montado em gabinete metálico auto-sustentado com indicação de tensão, corrente, frequência, temperatura do motor e pressão do óleo; proteção para alta temperatura da água de resfriamento e baixa pressão do óleo lubrificante. Chave de transferência composta por par de contactores tripolares, intertravados mecanicamente (trava mecânica) e eletricamente (contato auxiliar). Acessórios: um tanque de combustível com capacidade de 150 litros e bateria com cabos e terminais de ligação. Dotado de painel de comando e controle automático e cabine de insonorização.

13. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

13.1 Para toda manutenção preventiva, a PRESTADORA DE SERVIÇO deverá emitir um relatório detalhado dos serviços executados, entregando ao fiscal do contrato o original assinado pelo técnico que executou o serviço. Os formulários deverão ser padronizados e acertados de comum acordo entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

13.2 A manutenção preventiva nos equipamentos do Edifício-Sede deverá ser realizada no horário das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira a cada 6 (seis) meses após a assinatura do contrato, iniciando-se sempre no período da manhã, devendo a PRESTADORA agendar, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, com o servidor



designado como fiscal do contrato, o dia e o horário para o início dos trabalhos.

13.3 A assistência técnica preventiva para o Motor Gerador deverá ser realizada através de visitas periódicas semestrais, aos locais de instalação dos equipamentos.

13.4 Os serviços de manutenção preventiva deverão ocorrer independentemente de ter havido manutenção corretiva no período.

13.5 Itens a serem executados na manutenção preventiva:

- Verificar a existência de vazamento;
- Verificar a vedação da tampa do radiador;
- Completar os níveis de óleo lubrificante e água;
- Verificar pré-aquecedor;
- Verificar tensão e estado das correias;
- Verificar estado da colmeia do radiador;
- Verificar mangueiras e abraçadeiras de fixação;
- Verificar e lubrificar o sistema de aceleração parada do motor;
- Fazer limpeza geral com micro óleo;
- Substituir todos os filtros de combustível e ar;
- Trocar óleo lubrificante e filtro com motor quente;
- Reapertar todos os parafusos e porcas dos agregados;
- Limpeza do sistema de arrefecimento com substituição do aditivo, conforme manual do fabricante;
- Limpeza interna e externa do tanque de óleo combustível com pintura do mesmo, se necessário;
- Verificar estado das correias e substituir, se necessário;
- Verificar estado de todas as mangueiras e substituir, se necessário;
- Regulagem da folga das válvulas conforme a especificação do fabricante.
- **ALTERNADOR:**
 - Lubrificar, limpeza geral;
 - Verificar rolamentos;
 - Verificar necessidade de retificar os anéis coletores;
 - Medir resistência ôhmica dos enrolamentos;
 - Executar teste de vibração, verificando rolamentos e eventuais desbalanceamentos e corrigir se necessário.
- **QUADRO DE ALIMENTAÇÃO E COMANDO:**
 - Reapertar conexões;
 - Corrigir a atuação do painel(relés, temporizadores e instrumentos);
 - Substituir fusíveis queimados;
 - Fazer limpeza geral;
 - Aferir instrumentos;
 - Substituir qualquer elemento danificado;
 - Verificar pressostato e sensor;

- Verificar tensão do carregador flutuador das baterias;
- BATERIAS:
 - Verificar e apartar bornes de ligação;
 - Verificar tensão;
 - Limpar terminais e conexões utilizando solução de bicarbonato de sódio à 10% (dez por cento);
 - Proteger os terminais com vaselina com pasta;
 - Limpar externamente os elementos, utilizando detergente neutro;
 - Adicionar água destilada para corrigir o nível do eletrólito;
 - Medir densidade, temperatura e tensão em todos os elementos;
 - Medir tensão de flutuação das baterias;
 - Verificar ajustes das correntes de carga das baterias;
- TESTE DE FUNCIONAMENTO:
 - Colocar o motor em marcha, sem carga e anotar as seguintes leituras: pressão, temperatura, frequência e tensão de carga.
- DOS MATERIAIS
 - **Os materiais necessários para a realização da manutenção preventiva, tais como água destilada, lubrificantes, filtros, produtos de limpeza, produtos químicos, estopas, tintas, etc. serão fornecidos pela CONTRATADA sem nenhum custo para a CONTRATANTE.**

14. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

- 14.1 O primeiro chamado para manutenção corretiva poderá ocorrer a partir da data da publicação do Contrato.
- 14.2 A manutenção corretiva será realizada mediante solicitação do CONTRATANTE, através de e-mail ou telefone.
- 14.3 Todas as peças e componentes do grupo gerador que precisem ser substituídas por ocasião de manutenção corretiva serão custeadas pela CONTRATANTE mediante procedimento a ser seguido pela contratada, conforme descrito a seguir:
- Substituição de peças/componentes em decorrência de manutenção corretiva
 - Depois de verificada pela CONTRATADA ou pelo CONTRATANTE, a necessidade de substituição de peças/componentes, a CONTRATADA enviará à fiscalização da SMSG, num prazo máximo de (03) três dias úteis, a(s) proposta(s) de preço(s) da(s) peça(s)/componente(s) a ser(em) utilizado(s) no(s) serviço(s) corretivo(s), contendo seu(s) preço(s) para fornecimento da(s) peça(s)/componentes. As peças/componentes a serem substituídas serão originais. O aceite de peças não originais somente poderá ocorrer com a autorização por escrito da fiscalização da CONTRATANTE.
 - O fornecimento das peças de pequenos valores que usualmente são trocadas
 - A proposta de preços deverá conter, no mínimo, os seguintes itens/informações:
 - Nome da firma, endereço, telefone;
 - Cidade;
 - Data;
 - Endereçada à PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA, aos cuidados do Setor de Ma-

manutenção e serviços Gerais;

- Assunto: Proposta de preço para fornecimento/substituição de peça(s);
- Proposta/orçamento nº;
- Descrição da(s) peça(s)/componente(s) a ser(em) fornecidas;
- Identificação do(s) local(ais) onde a(s) peça(s)/componente(s) será(ão) instalado(s)/substituído(s);
- Justificativa para fornecimento/substituição da(s) peça(s)/componente(s);
- Método/equipamento utilizado para verificação/comprovação do defeito de cada peça/componente para justificar a substituição/fornecimento;
- Composição de preço para o fornecimento da(s) peça(s)/componente(s):
 - 1-Discriminação;
 - 2-Quantidade;
 - 3-Preço unitário;
 - 4-Valor total.
- Forma de pagamento;
- Prazo de entrega;
- Prazo para a instalação/substituição da(s) peça(s)/componente(s);
- Justificativa para o prazo da instalação/substituição da(s) peça(s)/componente(s);
- Garantia (especificar);
- Validade da proposta.

15. DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS DE CONSUMO

15.1 Diagnosticadas falhas e/ou defeitos, durante a manutenção preventiva ou corretiva, que imponham a necessidade de recuperação ou substituição de peças, a PRESTADORA DO SERVIÇO deverá apresentar a PR-RR, em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o atendimento técnico, um orçamento detalhado, no qual as peças sejam especificadas com clareza, para permitir a PR-RR a aquisição das peças. Após a chegada das peças, a PRESTADORA será convocada para providenciar a substituição das peças em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. As peças novas, que substituirão defeituosas, deverão ter garantia e estar em conformidade com as recomendações dos fabricantes das peças e da máquina do equipamento, por isso o prestador do serviço terá que comunicar imediatamente qualquer divergência quanto a peça a ser substituída.

15.2 **As peças com defeito deverão ser entregues a PR-RR.**

15.3 **Será de responsabilidade da PRESTADORA DO SERVIÇO o fornecimento dos materiais de consumo necessários à execução dos serviços, tais como: materiais de limpeza e higienização, estopa, graxa, ÓLEO DO MOTOR, FILTRO DIESEL, FILTRO LUBRIFICANTE, ADITIVO DO RADIADOR, MANGUEIRA DE ALIMENTAÇÃO e outros materiais de baixo custo e baixa complexidade.**

15.4 Em todos os tipos de **manutenção preventiva** a empresa PRESTADORA deverá formular seus valores, levando em consideração o fornecimento e instalação de peças de pequeno valor que são usualmente substituídas durante esse tipo de manutenção. Assim, **a empresa, em sua proposta, DEVERÁ COMPUTAR O FORNECIMENTO DAS PEÇAS DE PEQUENOS VALORES QUE USUALMENTE SÃO TROCADAS, POIS SERÃO CONSIDERADAS INCLUSAS NO PREÇO OFERTADO PARA O SERVIÇO. As demais peças, cujos os valores sejam significativos, serão**



adquiridas pela PR/RR.

15.5 Com relação ao subitem acima, será considerado de pequeno valor, o somatório dos valores das peças novas fornecidas e instaladas no equipamento, cujo o valor total não ultrapasse **RS 80,00 (oitenta reais)**, com comprovação feita através de nota fiscal de aquisição e/ou proposta de preço da contratada. Assim, as demais peças que se fizerem necessárias serão adquiridas pela PR/RR, conforme item “14.1”.

16. DAS PROPOSTAS, PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

16.1 As propostas deverão ser apresentadas com preço unitário e total dos objetos descritos neste Termo de Referência, informando para cada um a marca dos mesmos, considerando para todos os efeitos, o valor em moeda nacional (em algarismo e por extenso), já incidindo todas as despesas com entrega, encargos, tributos, frete e demais custos que se constituam, direta ou indiretamente, no valor a ser pago pela PR-RR;

16.2 Registramos que o valor estimado de custeio com o objeto deste Termo de Referência é meramente referencial e tem a única finalidade de subsidiar comparativo de valores face as propostas a serem apresentadas.

16.3 A PROPOSTA DEVERÃO OBRIGATORIAMENTE CONSIGNAR:

a) O e-mail, número de telefone e fax da empresa;

b) Nome do responsável da empresa e telefone;

c) Garantia dos produtos;

d) VALOR UNITÁRIO DOS OBJETOS E TOTAL da proposta, em algarismos e por extenso, compatíveis com os preços de mercado conforme estabelece o art. 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

e) Dados bancários com nome do banco, agência e conta-corrente para pagamento dos objetos aqui expresso;

f) Comprovantes de sustentabilidade ambiental quando houver.

16.4 Serão desclassificadas e responsabilizadas administrativamente, civilmente e penalmente nos termos da Lei as empresas licitantes que impedirem, fraudarem, perturbarem ou frustrarem o certame oriundo deste Termo de Referência nos termos dos Artigos 90 e 93 da Lei 8.666/93.

17. DA MARGEM DE PREFERÊNCIA

17.1 Será dada preferência de contratação às empresas às EPP e ME nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto 7.174/2010 e para produtos menos agressiva ao meio ambiente, que consumam menos energia e que sejam oriundas de fontes renováveis e/ou recicláveis.

17.2 A preferência para os materiais que adotarem critérios de sustentabilidade ambiental embasa – se por força normativa prevista no Artigo 225 c/c com o art. 23, VI e 170, VI da CFB/88, bem como tais critérios estarem pautadas no Protocolo de Montreal do qual o Brasil é parte e que enseja embasamento do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012.

17.3 Para os materiais e equipamentos de tecnologia e energéticos será dada margem de preferência conforme Lei Federal nº 8.248/1991 e Decreto nº 8.194/2014;

18. PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, prorrogável até 60 meses nos termos do Artigo 57, II da



Lei 8.666/93.

19. DO CONTRATO

19.1 O instrumento contratual quando não firmado poderá ser substituído pela nota de empenho no valor total da obrigação de pagamento para com a empresa que fornecer os objetos da ATA de Registro de Preço aqui proposto, nos termos do artigo 62, Caput, § 4º da Lei 8.666/93 e Parecer SEORI/AUDIN-MPU Nº 694/2014.

19.2 Para os objetos que resultem em contratos formais, a PR-RR formalizará junto a empresa fornecedora, TERMO DE CONTRATO que será devidamente assinado pelas partes e publicado no D. O. U. nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei 8.666/93.

20. DO FUNDAMENTO LEGAL

20.1 A pretendida aquisição por meio de pessoa jurídica para fornecimento do objeto propostos pelo presente Termo de Referência encontram base legal no art. 6º e 22 da Lei nº 9.784/99 e na analogia de atos administrativos desta PR à Portaria SLTI nº 05/2002 e art. 22, III da Lei 8.666/93.

20.2 Considerando o valor da presente aquisição, será contratado preferencialmente empresas ME e EPP nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar 147/2014.

20.3 A pretendida aquisição vincula-se a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar 147/2014, Lei nº. 8.666, de 21 de julho de 1993 e suas posteriores alterações, Decreto nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, Decreto nº 8.250 de 23 de maio de 2014 e normas contidas na Lei 8.078/90 com nexo de aplicabilidade do Código Civil e Código Penal face a Teoria do Diálogo das Fontes em garantia a Supremacia do Interesse Público e de sua indisponibilidade.

21. DA ANÁLISE JURÍDICA

21.1 Todos os procedimentos oriundos do presente Termo de Referência serão examinados e aprovados pela Assessoria Jurídica competente da PR-RR, consoante artigo 114, III da Portaria PGR nº 591/2008 combinada com o parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e em observância aos diversos entendimentos do STF e TCU.

22. DA GESTÃO – ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

22.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em processo ou registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

22.2 A fiscalização da execução contratual deve ser realizada na forma da Portaria SG/MPF nº 110/2015 e nos Termos do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do MPF, (cópia digital para download dos fiscais em: <http://intranet.mpf.mp.br/areas-tematicas/administrativas/administracao/publicacoes/manual-de-gestao-e-fiscalizacao-de-contratos>)

22.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada/Fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios.



rios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA

23.1 Observar as Leis, Decretos, Portarias, Normas Federais, Distritais, Regulamentos, Resoluções e Instruções Normativas aprovadas no âmbito da PR-RR, direta ou indiretamente aplicáveis aos objetos deste Termo de Referência, inclusive por suas subcontratadas, fornecedores e empregados; sendo que, durante o fornecimento e instalação dos objetos deste termo, a empresa adjudicada deverá efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre os objetos deste TERMO DE REFERÊNCIA, até o fornecimento definitivo dos materiais;

23.2 Disponibilizar número de **telefone móvel** que permita contato imediato entre a PR-RR e o representante da empresa FORNECEDORA.

23.3 Empregar, no fornecimento, entrega ou instalação/montagem do objeto deste Termo de Referência, material e pessoal de qualidade e devidamente qualificado, a fim de evitar vícios sanáveis e insanáveis.

23.4 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que seus empregados venham a serem vítimas quando na entrega do objeto deste Termo de Referência, por tudo quanto as Leis Trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades da empresa, motivo que cabe ao representante da empresa verificar e acompanhar seus empregados na entrega dos objetos deste Termo.

23.5 Responder por perdas ou danos que vier sofrer a PR-RR ou terceiros, em razão de sua eventual ação ou omissão dolosa ou culposa ou de seus atos e empregados, quando na entrega dos objetos deste Termo de Referência, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita em Lei.

23.6 Os empregados da empresa não terão nenhum vínculo com a PR-RR, ficando sob a inteira responsabilidade da empresa FORNECEDORA, os pagamentos e os ônus relativos às taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, vale-transporte, vale-refeição e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes do fornecimento e entrega do objeto deste Termo de Referência.

23.7 Assumir a responsabilidade e adotar todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie aqui descrita for vítimas os seus empregados durante a entrega e/ou instalação do objeto deste Termo de Referência, ainda que acontecido nas dependências da PR-RR.

23.8 Comprometer-se em manter, durante o prazo de validade da ATA, os preços registrados nesta e a disponibilidade dos objetos previstos neste Termo de Referência, nos quantitativos máximos licitados.

23.9 Ter ciência da não obrigação do MPF em adquirir a totalidade dos objetos licitados.

23.10 Executar diretamente suas obrigações, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela PR-RR.

23.11 Caso a empresa FORNECEDORA seja optante pelo Simples Nacional, a mesma deverá comprovar sua situação e apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes relativos a tributação das Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações da Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014.

23.12 Ter total observância ao disposto na Lei 12.846/2013.



23.13 Os critérios de recebimento dos objetos deste termo de referência será adotada da seguinte forma:

- **RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** Imediatamente após a entrega dos serviços previstos neste Termo à PR-RR/MPF;
- **RECEBIMENTO DEFINITIVO:** Em até 5 dias após o recebimento provisório que abrangerá testes/Instalação/montagem/uso a fim de comprovar que os serviços previstos neste Termo foram executados de acordo com o aqui estabelecido e a proposta da empresa Fornecedora/Contratada, ocasião em que a PR-RR verificará se os mesmos foram devidamente entregues em quantidade, qualidade, garantia, marca e valor contratado e constatar que os mesmos não apresentam nenhum vício.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA PR-RR

24.1 Acompanhar a execução dos objetos previstos neste Termo.

24.2 Designar servidor da PR-RR para acompanhar e atestar a execução dos serviços para efeito de faturamento e pagamento junto ao Setor Financeiro – SEOF da PR-RR.

24.3 Indicar o local da execução dos serviços.

24.4 Proporcionar todas as facilidades para que a proponente adjudicatária possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

24.5 Efetuar o pagamento no prazo e as condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

24.6 Solicitar à proponente adjudicatária todas as providências necessárias à boa execução do objeto deste Termo de Referência.

24.7 Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as devidas especificações.

24.8 Solicitar à proponente adjudicatária a troca dos objetos danificados ou que estiverem em desacordo com as respectivas especificações ou que tiverem qualidade inferior ao descrito na proposta da empresa.

24.9 Impedir que terceiros não autorizados executem/entreguem os objetos deste Termo de Referência.

24.10 Não permitir a entrega dos objetos em desacordo com as condições preestabelecidas neste Termo de Referência e na proposta.

24.11 Sugerir e aplicar à EMPRESA as penalidades legais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

24.12 Efetuar o pagamento no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para as compras até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), e até 15 (quinze) dias úteis para as compras acima desse valor, após o recebimento definitivo do objeto deste termo de referência, tendo-se a presunção de não haver erros de preenchimento e valores da Nota Fiscal/Fatura, que caso haja o tempo acima exposto contar-se-á a partir da correção devidamente realizada.

24.13 **Verificar a regularidade da EMPRESA junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedora – SICAF e CADIN, antes de qualquer empenho e do cumprimento da obrigação;**

24.13.1. Será consultado o SICAF para efeitos legais, mas será obrigatório nos casos de contratação e empenho, a comprovação das certidões de INSS e FGTS devidamente em dias para efeito do que determina o Artigo 195, §3º da Constituição Federal do Brasil de 1988.

24.14 Providenciar a publicação interna do extrato da Ata de Registro de Preço ou Contrato nos termos do Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/93.



25. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

25.1 Sob o arcabouço jurídico será previsto no contrato cláusula de cunho administrativo e civil abrangendo penalidades compensatórias decorrentes de inadimplemento insuportável passível de rescisão contratual (parcial ou total), que terá seu limitador de obrigação contratual o Art. 86 da Lei de Licitações que reconhece o cabimento de multa contratual na hipótese de atraso no cumprimento das obrigações previamente estabelecidas.

25.2 É fundamental que se atenda que a finalidade da norma jurídica, definitivamente não é prejudicar a empresa a fornecer os objetos deste Termo de Referência, retirando a comutatividade da avença, muito menos captar proveitos econômicos ao Poder Público, e sim reprimir a mora contratual com percentuais de multa razoáveis e proporcionais ao inadimplemento verificado.

25.3 Será observada a lesão causada ao ente público, com grau de culpa ou dolo na conduta da empresa FORNECEDORA ou CONTRATADA e, principalmente, a lesão do interesse público envolvido, a fim de dosar a sanção a ser estipulada, adequando-a a finalidade da norma e cumprindo os preceitos legais.

25.4 A limitação do percentual da penalidade moratória é respaldada no Código Civil vigente e na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, do qual permite a aplicação de multas, buscando tornar justa e adequada a aplicação das penalidades contratuais.

25.5 Além dos diplomas legais citados acima, acrescenta-se as disposições contidas no Código Civil, que, por força do art. 54 da Lei de Licitações, se aplicam subsidiariamente aos contratos administrativos. Dentre elas, destaca-se o art. 413 cuja redação é clara no sentido de permitir a redução da penalidade, caso seja excessiva ou a obrigação principal tiver sido cumprida em parte.

25.6 As penalidades serão aplicadas em conformidade com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, inerentes à Administração Pública ou ao ente Privado, buscando seu único fim, qual seja, ressarcir o atraso causado e/ou prejuízos à Administração Pública, conforme a própria nomenclatura dada à penalidade moratória, QUE DECORRE DE MORA – ATRASO, completamente diferente dos casos de infração contratual que acarretem na rescisão por inexecução parcial ou total do Contrato, em que se aplica apenas a hipótese da penalidade penal (compensatória).

25.7 Fundamentado no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MPF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado anual da contratação, a empresa que:

- a) Não assinar o contrato, tendo sido convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida no edital/termo de referência;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Realizar declarações falsas;
- h) Cometer fraude fiscal.

25.8 Fundamentado nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso in-



justificado na execução do objeto deste termo, assim considerado pela Administração, que enseje inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso na execução do objeto sobre o valor total da obrigação (que poderá ser substituído por ressarcimento ao dano), referente ao fornecimento dos objetos deste termo, aplicadas de acordo com a respectiva obrigação, limitada a incidência a 5 (cinco) dias;
- c) Multa moratória de 2% (dois por cento) acrescido de 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, contados a partir do sexto dia, na execução do objeto sobre o valor total da obrigação referente ao objeto solicitado de acordo com a respectiva obrigação/empenho, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior, limitada a incidência a 45 (quarenta e cinco) dias. Após o quinto dia de atraso e a critério da Administração poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d) Após 45 (quarenta e cinco) dias de atraso, será aplicada, a título de multa punitiva, a penalidade cabível a Infração de Grau 2, conforme Tabela 2 – Grau das Infrações/Dosimetria, por dia de atraso, sendo limitada a 50% (cinquenta por cento) do valor da obrigação.

25.9 A inexecução total da obrigação aqui assumida incidirá na rescisão unilateral da avença e em multa punitiva de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor global do respectivo contrato, Ata ou empenho, para cobrir as perdas e danos causados à Administração e o custo do certame licitatório realizado, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002.

25.10 Sofrerá a fornecedora a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o MPF, se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

- a) **Por 6 (seis) meses:** Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para PR-RR e/ou Execução insatisfatória do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência e multa;
- b) **Por 2 (dois) anos:** Não conclusão dos serviços ou entrega dos materiais contratados; Prestação do serviço em desacordo com as solicitações da PR-RR, não efetuando sua correção após solicitação da mesma; Cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao MPF/PR-RR, ensejando a rescisão do contrato por culpa da EMPRESA; Apresentação, a PR-RR, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação; Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do MPF após a assinatura da ATA ou do contrato.

25.11 Será declarada a inidoneidade da fornecedora quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo ao MPF, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo a unidade da PR-RR ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da Contratada de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o poder público, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução dos objetos deste Termo de Referência, sem consentimento prévio da PR-RR.

25.12 As multas porventura aplicadas a empresa FORNECEDORA ou CONTRATADA poderão ser descontadas da garantia quando houver ou dos pagamentos devidos pela PR/RR por meio de glosas aplicadas com o devido direito de contraditório ou cobradas diretamente da mesma, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste termo.

25.13 As sanções aqui previstas serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação será precedida ante a concessão de oportunidade da empresa FORNECEDORA ou CONTRATADA em exercer o direito de contraditório e da ampla defesa na forma da lei.

25.14 Entre outras sanções, poderão ser aplicadas multas administrativas pela PR-RR, quando a CONTRATADA cometer algumas das infrações descritas na Tabela 1 abaixo, tendo como registro os graus relativos a cada ato que enseje penalidade conforme Tabela 2:

Tabela 1 – Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não disponibilizar contatos de telefone ou correio eletrônico dos representantes legais da empresa.	1	Por necessidade a ser realizada por meio de notificação formal.
2	Entregar materiais e equipamentos diverso da proposta sem a devida justificativa.	1	Por objeto
3	Tratar de modo rústico ou ofensivo qualquer representante legal da PR-RR em função de cobranças de entrega ou prestação de informações de cunho administrativo relacionado às obrigações junto ao MPF.	1	Por ocorrência
4	Deixar de atualizar as obrigações tributárias, previdenciárias, sociais e trabalhistas junto ao SICAF à época da obrigação, impossibilitando assim empenhos e/ou pagamentos por parte do MPF.	1	Por certidão não regular
5	Deixar de ter registro na linha de fornecimento do fornecedor inscrito no SICAF e Junta Comercial os objetos deste termo de referência.	2	Por linha de fornecimento
6	Entregar bens com garantia inferior ao mínimo requerido neste termo de referência.	3	Por objeto
7	Deixar de entregar contrato assinado ou ata de registro de preços originais à PR-RR por prazo superior a 20 dias.	4	Por instrumento hábil de contrato ou ATA.
8	Entregar materiais de qualidade danosa à Administração Pública.	5	Por objeto
9	Deixar de assinar contrato junto a PR-RR/MPF.	6	Por dia limitado a 5 dias

Tabela 2 – Grau das Infrações/Dosimetria

Grau da Infração	Penalidade
1	Advertência
2	Advertência e Multa de R\$ 50,00
3	Advertência e Multa de R\$ 100,00
4	Advertência e Multa de R\$ 200,00
5	Advertência e Multa de R\$ 300,00
6	Advertência e Multa de R\$ 500,00

25.15 A reincidência de infrações de mesmo grau poderá incidir em penalidades de infração de grau superior, conforme quantitativo informado na Tabela 3:

Tabela 3 – Tabela de Reincidências

Grau da infração	Quantidade de infrações para incidir no grau:					
	1	2	3	4	5	6
1	Até 4	5 a 8	9 a 16	17 a 32	33 a 64	Mais de 64
2	-	Até 4	5 a 8	9 a 16	17 a 32	Mais de 32
3	-	-	Até 4	5 a 8	9 a 16	Mais de 16
4	-	-	-	Até 4	5 a 8	Mais de 9
5	-	-	-	-	Até 4	Mais de 4
6	-	-	-	-	-	A partir de 1

Observação:

- I. A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA acompanhada das demais sanções.
- II. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.
- III. Se o valor a ser pago à CONTRATANTE não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver.
- IV. Se inexistente a garantia ou o seu valor for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial que será precedido do devido processo legal e do direito de ampla defesa e contraditório da CONTRATADA.
- V. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa ou providências de cobrança extrajudicial junto à AGU.
- VI. Os casos não elencados serão apreciados na devida instauração do Procedimento Administrativo.
- VII. A todas as penalidades expressas neste Termo de Referência será respeitado o direito de ampla defesa e contraditório da Fornecedora/Contratada.
- VIII. Caberá ao ordenador de despesas, nos autos do processo de apuração de infração contratual, observando as circunstâncias do caso concreto, aos antecedentes, aos motivos e a conduta da CONTRATADA, decidir pela redução ou extinção das sanções e penalidades previstas neste Termo, conforme julgue necessário e suficiente para a reprovação e prevenção das infrações previstas.



26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 Ficará eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da 1ª Região do estado de Roraima, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiados que sejam para dirimir quaisquer questões oriundas do presente termo de referência e Contratos que deve se firmarem com resultado de sessão pública de licitação, vinculado ao compromisso conscientemente firmado entre as partes envolvidas, salvo nos casos previstos no art. 109, inciso I, da Constituição Federal, combinado com os arts. 62 e 63 do Código de Processo Civil de 2015.

26.2 São partes integrantes deste Termo de Referência e harmônicas entre si:

a) O (s) Contrato (s) resultante deste termo;

b) As notas de empenhos vinculadas aos objetos deste termo.

26.3 A abstenção eventual de qualquer das partes, no uso de qualquer das faculdades às mesmas concedidas nas possíveis e futuras contratações, não implicará em renúncia à utilização de tal faculdade.

26.4 A licitante vencedora arcará com todos os ônus necessários à completa execução no fornecimento dos objetos de que trata o presente Termo de Referência.

27. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Robson Guimarães Costa – Coordenador de Administração – Matrícula MPF nº 25802

28. SUGESTÃO PARA FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

28.1 Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico:

28.1.1. Titular: FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES / MATRÍCULA: 24914 / TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO – ADMINISTRATIVO/ADMINISTRAÇÃO;

28.1.2. Substituto: EVANDRO VICENTE LEDESMA / MATRÍCULA: 16930 / TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRAÇÃO.

28 de outubro de 2016

Encaminhe – se ao Secretário Estadual para análise e aprovação do presente Termo.

Robson Guimarães Costa
Coordenador de Administração/PR-RR/MPF

De acordo,

Nazareno Nunes Rodrigues
Chefe da Seção de Contratações e Gestão Contratual



Boa Vista – RR, _____ de _____ de 2016

- ☐ De Acordo quanto aos itens especificados da SMSG e alterados conforme solicitação CA.
- ☐ Altere-se as especificações dos itens da SMSG conforme despacho nº _____.
- ☐ Exclua-se os itens especificados da SMSG conforme despacho nº _____.

Francisco das Chagas Alves
Chefe do SMSG/PR-RR/MPF
Responsável pela demanda da SMSG

Boa Vista-RR, _____ de _____ de 2016.

- ☐ Aprovado. ☐ Altere-se o presente Termo conforme despacho em anexo.

Fica aprovado o presente Termo de Referência e seus anexos, dentro dos parâmetros legais de minha competência atribuída pela Portaria SG/MPF nº 382/2015. Encaminhe-se à _____ para:

- ☐ Formalização de Processo.
- ☐ Formalização de Minuta de Edital de Licitação.
- ☐ Consulta de preços.
- ☐ Formalização do Mapa Comparativo de Preços.
- ☐ Empenho.
- ☐ O Procurador-Chefe autorizar o pleito.
- ☐ Análise Jurídica e Parecer.

Igor José Barbosa Duarte Lopes
Secretário Estadual/MPF/PR-RR
Ordenador de Despesas



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 24/2016/PR-RR/MPF

ANEXO I – MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____, forneceu os materiais tipo:

para o(s) órgão(s)/entidade seguintes:

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observações:

1. Este atestado (ou declaração) deverá ser emitido em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor; e
2. O atestado deverá estar visado pelo respectivo órgão fiscalizador.



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 24/2016/PR-RR/MPF
ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, sob as penas da lei e em atendimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/20____, que a empresa _____ (empresa), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ/MF, sob o n.º _____, com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal para os fins da presente declaração, o (a) Sr. (a) _____, infra-assinado, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pela _____ e do Cadastro da Pessoa Física, CPF/MF sob o n.º _____, vistoriou o local donde encontra-se instalado o Motor Gerador da Procuradoria da República no Estado de Roraima, em Boa Vista-RR, e tomou conhecimento de todos os aspectos relacionados ao objeto do Pregão citado acima, dentre os quais: serviços a serem prestados; local onde os mesmos deverão ser prestados; cujas soluções deverão ser de competência da contratada ou por ela solucionada; e demais normativos e técnicas pertinentes ao objeto; grau de dificuldades existentes e as horas necessárias que possam ter influência no atendimento das demandas eventuais (manutenção corretiva) e programadas (manutenção preventiva), impactando custos e prazos de entrega.

Assinatura e carimbo
(servidor do contratante)

Assinatura
(representante legal da empresa)



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 24/2016/PR-RR/MPF
ANEXO III – MODELO DE ATESTADO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Declaramos que o Sr(a) _____, RG _____, CPF _____, prestou serviços profissionais à este órgão/empresa em projeto de implantação de Solução de TI integrada para gestão de pessoas, desempenhando a função e pelo prazo seguintes:

- () Gerente de projeto pelo prazo de ____ ano(s) e ____ mês(es); e/ou
- () Gerente de mudanças pelo prazo de ____ ano(s) e ____ mês(es); e/ou
- () Especialista em gestão de processos de trabalho pelo prazo de ____ ano(s) e ____ mês(es); e/ou
- () Técnico de implantação do produto _____ pelo prazo de ____ ano(s) e ____ mês(es); e/ou
- () Especialista em pontos de função pelo prazo de ____ ano(s) e ____ mês(es);

Ademais, atestamos que os serviços foram prestados satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o(a) desabone tecnicamente.

Local e data

Assinatura e carimbo
(Representante da empresa)

Observações: Este atestado deverá ser emitido em papel timbrado que identifique o órgão ou empresa emissor.



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 24/2016/PR-RR/MPF
ANEXO IV – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

MPF Ministério Público Federal	Procuradoria da República em Roraima	Procuradoria da República no Estado de Roraima Coordenadoria de	Contrato nº/2016
			OS nº/20.....

a) IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

--

b) PRAZO PARA EXECUÇÃO

Data de início	Data de término
//	//

c) SERVIÇOS/MATERIAL EXIGIDOS

Item	Descrição do serviço/produto e resultados esperados	Data de Conclusão	Pontos Função (quando aplicável)
1.		//	
Total			

d) SERVIÇOS/MATERIAL NÃO EXIGIDOS

Item	Descrição do serviço/produto
a)	

e) CUSTOS – MANUTENÇÃO EVENTUAL

Horas	Valor PF (R\$)	Qtd	Total (R\$)
Total			

f) AVALIAÇÃO QUALITATIVA DO FISCAL DO CONTRATO

Item	Avaliação da qualidade dos serviços realizados/produtos entregues
1.	

g) TÉCNICO DA CONTRATADA

Nome	CPF	E-mail	Telefone

h) ANEXOS – FOTOS/RELATÓRIOS/ETC

Documento	Identificação

Boa Vista-RR, de de 20__.

Fiscal Técnico
Unidade Contratante

Gestor Contratual
Unidade contratante

Representante Legal
Unidade Contratada



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 24/2016/PR-RR/MPF

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MOTOR GERADOR, QUE ENTRE SI FAZEM CELEBRAM A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA E A EMPRESA
....

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA (PR-RR)**, situada na Rua General Penha Brasil, 1255, bairro São Francisco, em Boa Vista – RR, CEP 69305-130, telefone (95) 3198-2000, representada neste ato pelo seu Secretário Estadual, senhor **[.....nome.....]**, **[.....nacionalidade.....]**, **[.....estado civil.....]**, **[.....profissão.....]**, portador da Carteira e Identidade nº, SESP/....., e do CPF nº, residente e domiciliado **[no(a)endereço completo.....]**, no exercício da competência que lhe foi atribuída pelo artigo, do Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 382, de/2015 e em ato delegatório por meio da Portaria PR-RR nº de/2015, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**,

e a empresa

[.....NOME DA EMPRESA.....], nome de fantasia “[.....]”, estabelecida à **[.....endereço completo, incluindo município, UF e CEP.....]**, telefone (.....), neste ato representada pelo(a) seu(a) **[.....cargo.....]**, senhor(a) **[.....nome.....]**, **[.....nacionalidade.....]**, **[.....estado civil.....]**, **[.....profissão.....]**, portador da Carteira e Identidade nº, SESP/....., e do CPF nº, residente e domiciliado **[no(a)endereço completo.....]**, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**,

tendo em vista o contido no Processo nº 1.32.000. /2016-, referente ao **Pregão Eletrônico nº...../.....** da PR-RR, doravante referenciado simplesmente por **LICITAÇÃO**, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, atualizada, têm, entre si, justo e avençado, e celebram o presente **CONTRATO** para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em motor gerador, à **CONTRATANTE**, no regime de empreitada por preço unitário, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª: DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços continuados, com fornecimento de insumos, de manutenção preventiva e corretiva, sem fornecimento de peças, em motor gerador pertencente à **CONTRATANTE**, conforme as seguintes especificações:

Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
------	-----------	------	--------	----------------------	-------------------



1	Manutenção preventiva	Serviço	3		
2	Manutenção corretiva	Hora	50		

1.2. O objeto do presente CONTRATO poderá sofrer acréscimos ou supressões, nas mesmas bases contratuais, até o limite previsto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98.

CLÁUSULA 2ª: DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O serviço do item 1, “Manutenção preventiva” será realizado sob o Regime de Execução Indireta, mediante Preço Global.

2.2. O serviço do item 2, “Manutenção corretiva” será realizado sob o Regime de Execução Eventual, sendo que o quantitativo previsto para o item na Cláusula Primeira é meramente estimativo.

CLÁUSULA 3ª: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O CONTRATO terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, com início na data de ____/____/2016 e encerramento em ____/____/2017.

CLÁUSULA 4ª: DO PREÇO

4.1 O valor total estimado da contratação é de R\$ _____ (_____).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA 5ª: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas com a execução deste contrato correrão, neste exercício, à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, Ministério Público da União, na seguinte classificação orçamentária: Programa de Trabalho nº 089954 MBIEST; Natureza de Despesa 3.3.90.39. E para eventuais exercícios seguintes, a execução será realizada com créditos próprios de igual natureza.

Parágrafo único – Para cobertura da despesa foi emitida Nota de Empenho nº 2016NE000____, de ____/____/2016, no valor de R\$ _____, à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula:

Gestão/Unidade: 380006

Fonte: 0100

Programa de Trabalho Resumida: 089954

Elemento de Despesa: 3.3.90.39-17

PI: MBIEST

CLÁUSULA 6ª: DO PAGAMENTO

6.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos produtos efetivamente entregues, no limite da importância do preço global estabelecido na Cláusula anterior, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da entrega da nota fiscal pertinente devidamente atestada por definitivo, por meio de ordem bancária para depósito em conta-corrente da CONTRATADA, condicionado pagamento integral ao prévio atesto, pelo Gestor



do Contrato, da completa e correta execução do fornecimento, em relação ao estabelecido no termo de referência da LICITAÇÃO e no presente contrato.

§ 1º – A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento do mês anterior, endereçadas a Procuradoria da República no Estado de Roraima, situado na Rua General Penha Brasil, nº 1255, bairro São Francisco, Boa Vista – RR, CEP 69.305-130, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada das seguintes comprovantes:

- a) regularidade junto ao INSS-CND;
- b) regularidade junto ao FGTS-CRF;
- c) Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais da SRF;
- d) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União;
- e) Certidão Negativa das Fazendas Estadual e Municipal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

§ 2º – A nota fiscal/fatura emitida deverá conter as seguintes informações:

- a) Descrição, valor unitário, valor total, quantidade e marca do objeto/material fornecido;
- b) Número da nota de empenho que originou a obrigação;
- c) Ordem de pedido ou E-mail formal do Fiscal de Contrato solicitando a demanda.

§ 3º – A nota fiscal/fatura não deverá conter arredondamentos de valores. Quando o resultado da operação final apresentar 3 (três) casas decimais ou mais, deverão ser eliminadas as casas decimais a partir da terceira, considerando para valores em centavos, apenas as duas primeiras casas decimais.

§ 4º – Sobre o valor da nota fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas de tributos, nos termos da lei.

§ 5º – Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES” (Lei nº 9.317/1996), não serão feitas as retenções de que tratam as citadas instruções normativas, ficando a CONTRATADA, nesse caso, obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da IN SFR nº 1234/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

§ 6º – A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente a cada pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.

§ 7º – Em caso de pendência/inadimplência em qualquer condições de habilitação ou de contratação expressa no Edital de Licitação e no presente contrato, caracterizara-se a inadimplência parcial ou total da CONTRATADA, que resultará em penalidade de advertência, multa e/ou rescisão contratual, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

§ 8º – A inadimplência das condições acima expressa, não caracterizará impedimento no pagamento de obrigações já realizadas face a caracterização de enriquecimento ilícito, motivo que será cancelado de imediato qualquer empenho, benefícios, prestação ou fornecimento que venha a beneficiar a CONTRATADA, salvo as obrigações de execução fiscal, trabalhistas ou de multas legais previstas em lei, no presente contrato e/ou no edital de licitação, das quais poderão ser aplicadas judicial e extrajudicialmente ou administrativamente descontados em valores do faturamento devido à empresa CONTRATADA sem prejuízo de ações de reparação de dano ou aplicação da Lei 8.078/90 (Código do Consumidor), respeitando em todos os casos o direito de ampla defesa e contraditório em processo devidamente instruído pela PR-RR/MPF.

§ 9º – No caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data de prazo final para pagamento, estabelecido nesta Cláusula, e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$



onde:

EM = Encargos moratórios;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

§ 10º – Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

CLÁUSULA 7ª: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência nº 13/2016 PR/RR.

CLÁUSULA 8ª: DA RESCISÃO

8.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

8.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

8.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA 9ª: DAS VEDAÇÕES

9.1. É vedado à CONTRATADA:

9.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

9.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA 10ª: DAS ALTERAÇÕES

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



CLÁUSULA 11ª: DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 12ª: DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA 13ª: DA GARANTIA

13.1 A garantia obedecerá o tópico 11. DA GARANTIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS do Termo de Referência Nº 24/2016/PR-RR/MPF, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2016.

CLÁUSULA 14ª: DO FORO

14.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Roraima – Justiça Federal.

São partes integrantes deste Contrato e harmônicas entre si:

- a) O Termo de Referência nº 13/2016 e seus anexos resultante deste termo;
- b) As notas de empenhos vinculadas aos objetos do Pregão Eletrônico nº ____/2016;
- c) As propostas da (s) empresa (s) ganhadoras da LICITAÇÃO oriunda (s) do pregão Eletrônico nº ____/2016.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente CONTRATO, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Boa Vista (RR), de de 201X

Pela CONTRANTE:

Pela CONTRATADA:

[Nome]

Secretário Estadual

PROCURADORIA DA REPÚBLICA / RR

[Nome]

[cargo / função]

[EMPRESA]

Testemunhas:

[nome]

CPF nº

[nome]

CPF nº



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2016

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Processo: 1.32.000.001034/2016-28

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de motor-gerador de energia elétrica.

Proposta Comercial	1 - Carimbo CNPJ 2 – Endereço completo da empresa com telefones e e-mail
	A proposta a ser apresentada pelo licitante deverá está assinada pelo representante legal/credenciado e conter todos os dados a seguir: menção ao número deste Convite, Razão Social, Nome Fantasia (se houver), número do CNPJ, endereço completo da licitante com telefones de contato e e-mail, especificação do objeto, unidade de medida, quantidade total, valor unitário, valor total do objeto e da proposta, marca e modelo/referência (se houver), prospectos (imagens, catálogos, links, etc) – se houver, prazo de garantia – se houver, data e assinatura do responsável pela proposta, prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, dados do responsável pela assinatura contrato (nome completo, CPF e cargo na empresa) e, para efeito de pagamento, os dados bancários (o nome do banco e número - se houver, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa).

Ao,

Ministério Público Federal – MPF

Procuradoria da República no Estado de Roraima – PR-RR - CNPJ: 26.989.715/0027-41

Rua General Penha Brasil, nº 1255, São Francisco, cep 69305-130, Boa Vista – RR

Telefone: (95) 3198-2029 e-mail: prrr-cpl@mpf.mp.br

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	U. M.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	1	Manutenção preventiva	Serviço	3	2.410,00	7.230,00
	2	Manutenção corretiva	Hora	50	107,00	5.350,00
Valor Total da Proposta R\$						12.580,00

Responsável pela assinatura do contrato Nome completo: _____ Cargo: _____ CPF _____-____-____	Dados Bancários: Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____
Validade da Proposta: 60 dias.	Prazo de entrega:
Demais condições da proposta:	

_____ cidade _____ - UF _____, ____ de _____ de 2016



Responsável pela assinatura da proposta:

Assinatura e carimbo: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF _____._____._____-____



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2016

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO - CNMP

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

IDENTIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: _____

Nº PREGÃO: **09/2016** CNPJ: _____

NOME DECLARANTE: _____

CPF: _____

CARGO: _____

DECLARO, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28.4.2009 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para fins de fornecimento dos objetos deste certame junto à Procuradoria da República no Estado de Roraima, que:

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante do cargo de direção do Ministério Público da União e dos Estados, abaixo identificado(s):

Nome do membro ou servidor: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Boa Vista, RR, _____ de _____ de 2016.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2016

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

Conforme ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO do Termo de Referência Nº 24/2016/PR-RR/MPF (Anexo I deste Edital).